

A promoção do sucesso e melhoria do sucesso escolar com recurso ao modelo TurmaMais: resultados parciais de um estudo em duas escolas do alentejo

Guerreiro, D. e Verdasca, J., 2014

INTRODUÇÃO

O insucesso escolar, oriundo do abandono precoce da escola e da retenção dos alunos que leva a que estes acabem por abandonar a escola sem conseguirem concluir a escolaridade mínima obrigatória definida por lei, serve como base de estudo por algumas organizações, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e pelo Ministério da Educação (ME), e particulares. Os resultados escolares levaram a que os estudos não se direcionassem exclusivamente aos alunos e ao seu intelecto mas também a todas as dinâmicas a eles aplicadas e aos que os rodeiam. De acordo com o despacho normativo n.º 1/2005, de 5 de janeiro, alterado pelo despacho normativo n.º 14/2011, de 9 de novembro foi atribuído aos professores, escola, ME e encarregados de educação, como intervenientes diretos do processo escolar e educativo, uma corresponsabilização e foi-lhes pedido que refletissem e criassem projetos para que se invertessem os registos escolares obtidos. Estruturado num modelo de “diferenciação pedagógica” no combate ao insucesso escolar, foi promovido, pelo ME, a partir do ano letivo de 2009/2010, o Projeto Mais Sucesso Escolar (PMSE), intrínseco às escolas que têm “em vista o apoio ao desenvolvimento de projectos de escola para a melhoria dos resultados escolares no ensino básico, com o objectivo de reduzir as taxas de retenção e de elevar a qualidade e o nível de sucesso dos alunos” (Despacho n.º 100/2010, de 5 de janeiro). Através do PMSE pretende-se a elevação do nível de qualidade e de literacia, bem como o número de diplomados a atingirem a escolaridade mínima obrigatória, uma vez que pretende abranger não só os alunos detentores de maiores dificuldades escolares mas também pretende englobar os alunos que apresentem menos dificuldades escolares. Importa salientar que a simples implementação administrativa de qualquer reestruturação organizacional, incluindo as educacionais, não provocam, por si só, qualquer alteração se não houver, por parte daqueles que as planeiam, aplicam e supervisionam, uma abertura à mudança e uma reestruturação e adequação à realidade educativa de cada uma das escolas e da realidade social que a agrega. Contudo estas mediadas podem não ser eficazes, pelo que pode surgir a necessidade da implementação da transição administrativa, o que cria um paradoxo entre a convicção dos seus intervenientes e a realidade histórica da educação (Patrício, 1987).

No final do ano letivo 2001/2002, o ME (2009b) refere que pós um “ano em que os professores tinham investido particularmente no seu trabalho em equipa e no desenvolvimento de estratégias inovadoras”, os resultados do insucesso foram de trinta e oito por cento no sétimo ano de escolaridade. Que soluções foram encontradas por parte desta escola para combater tão alta taxa de insucesso? Que medidas deveriam ser criadas para motivar os alunos novos e repetentes? Quais os apoios pedagógicos que poderiam ser aplicados? Magro-C (2011) refere que o projeto TurmaMais ao ser criado na Escola 3.º ciclo e Secundária Rainha Santa Isabel, em

Estremoz, no ano de 2002, tendia a combater o insucesso escolar que, até então, apresentava valores muito acentuados. No decurso dos anos, com a implementação do projeto, verificou-se que o insucesso escolar registou um decréscimo bastante acentuado. Tendo-se apercebido da eficácia do projeto, as escolas dos Agrupamentos de Escolas de Nisa, de Santa Maria, em Beja e Dr. Hernâni Cidade, no Redondo, implementaram o projeto no seu espaço escolar, no ano letivo de 2006/2007. Com o objetivo de inverter os resultados, foi proposto por parte da escola à Direção Regional de Educação do Alentejo (DREALE), o Projeto TurmaMais. O projeto foi aprovado, ficando sob orientação pedagógica do Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora. No início do ano letivo, a escola constrói as turmas normais, denominadas de origem, e uma turma sem alunos que apelida de TurmaMais. A equipa encontrou uma solução dinâmica, por onde circulam todos os alunos ao longo do ano letivo. Calheiros, Lima, Barata, Patrício e Graça (2012), Fialho e Verdasca (2012), Magro-C (2011), ME (2009a), ME (2009b), UENEWS (2012), Verdasca (2007a), Verdasca (2008), Verdasca (2009), Verdasca (2010), Verdasca e Cruz (2006) descreveram essa dinâmica que serviu de base ao que seguidamente se escreve.

A passagem dos alunos pela TurmaMais é efetuada de uma forma controlada e previamente estabelecida, estando dividida em cinco momentos ao longo do ano letivo, com a previsão de duração de seis semanas. O primeiro momento decorrerá a seguir à primeira semana letiva do primeiro período. A TurmaMais será preenchida pelos alunos de nível cinco, segundo Teodolinda Cruz, em ME (2009a), facto este que tem dois objetivos: “Primeiro, para criar expectativas positivas relativamente à TurmaMais; segundo, para dar hipóteses aos alunos com melhores níveis de desempenho de alcançarem o seu ritmo, atingindo patamares de excelência.”. No meio do primeiro período, os alunos de nível cinco são colocados nas suas turmas de origem e são convidados para integrar a TurmaMais os alunos a quem foram diagnosticadas maiores dificuldades. Refere o mesmo autor, Teodolinda Cruz, em ME (2009a), que, desta forma, os alunos terão a possibilidade de chegar ao final do primeiro período, “com menos negativas e, se as tiverem, com negativas altas, mais facilmente recuperáveis, que não os façam perder as expectativas que tinham no início do ano”z. Desta forma, durante o primeiro período, os grupos da TurmaMais e das turmas de origem, encontram-se de uma forma geral, homogéneos. Este projeto permite que os alunos trabalhem ao seu ritmo, porque os alunos com maiores dificuldades não estão perdidos no meio dos conteúdos programáticos, e os alunos de nível cinco não estão à espera que os seus colegas desenvolvam as atividades previstas, uma vez que por norma, estes são os primeiros a resolvê-las. No início do segundo período é a vez dos alunos de nível quatro e dos alunos de nível três, próximos do nível quatro, frequentarem a TurmaMais. É nesta fase do ano letivo que os alunos têm maiores dificuldades em manter as notas e que facilmente poderão descer para o nível inferior. Assim, torna-se mais fácil conseguir manter os níveis de desempenho dos alunos. Na turma de origem, encontram-se nesta fase os alunos com melhor desempenho e os alunos com maiores dificuldades. Esta é a altura por excelência para se promover o desenvolvimento de trabalhos de grupo, onde os alunos com mais dificuldades trabalharão sobre tutela dos seus colegas.

(...)

CONCLUSÕES

De acordo com os dados recolhidos, após o seu tratamento e análise, verifica-se que o projeto TurmaMais permitiu que os alunos da E_1 alterassem o comportamento manifestado pelas coortes anteriores, apurando-se uma diminuição do número de retenções característico da escola no início do terceiro ciclo. Assim, poder-se-á concluir que, dos resultados obtidos pela Co_5, fruíram dois diagnósticos: um positivo, que foi a obtenção de melhores resultados nos exames a nível nacional das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, nas quais houve uma subida, invertendo a tendência verificada, pelo menos, pela coorte anterior; um outro, que se prende com o facto de essas melhorias terem sido insuficientes para minimizar os resultados internos, que para além de serem, em alguns casos, inferiores aos verificados nas coortes anteriores, provocaram uma igual percentagem de não aprovações na E_2 e superaram o valor máximo de não aprovações na E_1. Nesta última o seu valor quase duplicou comparativamente à coorte anterior. Verificada a elevada percentagem de não transição e de não aprovação dos alunos da E_1, conjuntamente com a redução do número de alunos das coortes ao longo do ciclo poder-se-ia pensar que os alunos abandonariam a escola. Contudo, não é o que se verifica, existindo um abandono do ensino de currículo normal por parte dos alunos que migram para outro tipo de currículo formativo, como é o caso dos Cursos de Educação e Formação. Na E_2 esta situação ocorre esporadicamente, uma vez que existe uma baixa taxa de retenção, evitando a migração para os Curso de Educação e Formação. Realça-se que alguns dos alunos que frequentam os cursos de formação da E_2 são provenientes da E_1. Desta forma poder-se-á concluir que as escolas apresentaram uma eficiência pontual, sem ter conseguido atingir a eficácia tão desejada. Essa ineficácia poderá não ser atribuída somente à atuação das entidades que foram mais intervenientes, nem àqueles que se presaram pela sua ausência ou insuficiência de envolvimento. Contudo, a conjugação entre todos os responsáveis pelo processo educativo parece ser a melhor forma de eliminar o insucesso escolar, que de outra forma só seria possível através de um sucesso administrativo, tal como referido na introdução e defendido por Patrício (1987). No entanto, a conjugação entre os diversos elementos só será possível se existir entre eles uma abertura e cada um deles tomar a si a responsabilidade ativa no processo, sendo que a sua inoperância deverá ser sancionada pelos restantes membros.

A implementação de um processo de combate ao insucesso escolar partilhado por alguém que fique de fora e se demita das suas responsabilidades fará com que todo o investimento material, financeiro e humano disponibilizado para a implementação e desenvolvimento de qualquer projeto, neste caso o PMSE, se possa tornar ineficaz na concretização dos objetivos propostos. Caso as entidades competentes decidam não continuar a aplicação deste tipo de projetos no combate ao insucesso dever-se-ão encontrar alternativas ou dar continuidade a algumas medidas que regularmente são reformuladas, como é o caso das alterações/reformulações curriculares. Contudo, se o olhar estiver voltado para a instituição escola e não para toda a comunidade escolar, continuará a existir um lado que é responsável pela educação e formação dos alunos, em nada será beliscado nem comprometido pelas responsabilidades civilizadas, civis e normativas que lhe são impostas. Importa assim criar mecanismos em que todos os intervenientes no processo educativo – ministérios da educação, escola, professores, alunos e encarregados de educação – sejam responsabilizados e reconhecidos pelo seu trabalho, empenho e aplicação, quer sejam eles profissionais da educação ou não.

